

A composição e aplicabilidade de bases informacionais e diagnósticos na prospecção da oferta formativa: o estudo de caso do projeto SIM no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina

Cristiane Brum dos Santos¹

(Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF4)

Silvana Ferreira Pinheiro e Silva

(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC)

Resumo

O objetivo deste relato técnico é apresentar a experiência vivenciada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, em 2013, com a idealização e desenvolvimento do projeto SIM - Síntese Informativa das Microrregiões². Essa proposta adveio da necessidade de prospecção da oferta de cursos e de suas respectivas áreas de conhecimento para a construção do PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. Nesse contexto, os gestores do IFSC perceberam a necessidade de pautar essa demanda com base em um conhecimento estratégico estruturado, que observasse as finalidades institucionais. Para tanto, utilizou-se a metodologia de diagnóstico do Observatório do Mundo do Trabalho, do Instituto Federal de Goiás, como referência, sendo realizadas as devidas adequações para mapear os dados essenciais à prospecção da oferta formativa. Desenvolveu-se, assim, um método de pesquisa com base nos aspectos demográficos, econômicos, de empregabilidade e de educação, seguido da etapa de coleta e sistematização de dados, informações e indicadores. Essa base informacional resultou em tabelas e gráficos que denotam os cenários de cada uma das microrregiões do Estado de Santa Catarina, possibilitando inferências sobre as possibilidades de ofertas de cursos em sintonia com os arranjos produtivos locais e demais necessidades regionais. Infere-se, com este trabalho, a relevância do projeto SIM para a prospecção da oferta formativa do IFSC e para a instituição como um todo, como base de conhecimento estratégico estruturado e disponibilizado em seus processos de produção, uso e socialização do conhecimento.

Palavras-chave: base informacional. cenário prospectivo. diagnóstico. gestão do conhecimento. mapeamento.

1 INTRODUÇÃO

Instituído há mais de um século como Escola de Aprendizes e Artífices, e tendo como propósito inicial o atendimento aos desvalidos da sorte, o IFSC se consolida na oferta de educação profissional e tecnológica no Estado de Santa Catarina.

No ano de 2013, a instituição concentrou suas ações no sentido da aplicação dos princípios e ferramentas da gestão do conhecimento em seu planejamento estratégico

¹ A autora integrava o quadro de servidores efetivos do IFSC na ocasião do desenvolvimento do projeto.

² Projeto desenvolvido pela Diretoria de Gestão do Conhecimento, vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional/IFSC.

denominado Plano de Desenvolvimento Institucional. Para atender a essa demanda, entendeu-se necessária a realização de um mapeamento de dados e informações em quatro dimensões de pesquisa, resultando em um diagnóstico do cenário de determinado espaço geográfico que permitisse a prospecção da oferta formativa dos câmpus.

Essa iniciativa teve como parâmetros pesquisas de autoria do Observatório do Mundo do Trabalho do Instituto Federal de Goiás. O Observatório tem por competência a coleta, produção e sistematização de dados e informações relevantes ao processo de expansão e de aperfeiçoamento da educação profissional, científica e tecnológica do País, buscando torná-la mais eficaz.

A partir da análise desses estudos e de seus princípios norteadores, o IFSC concretizou o projeto SIM – Síntese Informativa das Microrregiões, que revelou uma série de dados, indicadores e informações nas dimensões demográfica, econômica, de empregabilidade e de educação, para cada uma das 20 microrregiões de Santa Catarina, segundo a classificação do IBGE.

A SIM tem por escopo ser uma fonte de informação estratégica e fidedigna, no sentido de orientar a presença e participação do IFSC no estado catarinense. Parte-se do pressuposto da busca, em especial, da observância dos objetivos e finalidades institucionais previstos na Lei nº 11.892/2008, do alinhamento das ofertas de ensino, existentes e futuras, com a realidade econômica e social dos municípios de abrangência, bem como com os arranjos produtivos locais e o desenvolvimento local e regional.

2 METODOLOGIA

A referência para o desenvolvimento da metodologia da SIM se localiza nas pesquisas e trabalhos realizados pelo Observatório do IFG. Para a construção dos diagnósticos e mapeamento de cenários, mormente, o Observatório coleta as informações junto a renomadas instituições de pesquisa, públicas e privadas, e sistematiza dados específicos para as diferentes finalidades requeridas pela instituição de ensino.

Esse formato possibilita o acesso a uma base informacional fidedigna e minimiza os esforços internos para a obtenção das informações necessárias a partir de pesquisas próprias. No caso da SIM, primeiramente houve a definição dos quatro grandes temas norteadores da pesquisa, estabelecidos como referenciais para a observância efetiva das finalidades institucionais. Entendeu-se que seriam necessários dados atinentes ao perfil populacional (demográficos), às potencialidades e às relações estabelecidas nos setores da economia

(econômicos), às dinâmicas de emprego e ocupação (empregabilidade) e ao cenário da oferta e demanda de ensino (educacionais).

Na sequência, procedeu-se à consulta dos dados disponibilizados pelos bancos e sistemas oficiais, destacando-se os obtidos junto ao IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, referências nacionais em pesquisa e estatística.

Registre-se, oportunamente, que dados do próprio IFSC foram utilizados no projeto, no caso específico da apuração da procedência dos alunos dos câmpus. Para tanto, sistematizou-se todos os cadastros de municípios de residência dos alunos ingressantes nos processos de 2009 a 2013, obtendo-se um percentual de munícipes com maior participação em cada câmpus.

O espaço geográfico da pesquisa foi delimitado a partir da classificação proposta pelo IBGE, pela qual o estado de Santa Catarina é constituído de 20 microrregiões. Dessa forma, os dados necessários à prospecção da oferta formativa dos câmpus foram extraídos e sistematizados sob a perspectiva do cenário da microrregião e de seus respectivos municípios.

Por fim, com a extração da base informacional de cada uma das quatro dimensões, modelou-se a SIM sob forma de um catálogo, em um total de 20 tabelas e 7 gráficos para cada microrregião catarinense onde esteja situado um câmpus do IFSC. A documentação produzida foi socializada em repositório específico, no sítio da *intranet* institucional.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Contexto Histórico

A educação profissional e tecnológica está fundamentada em uma história que remonta há mais de 100 anos, mais precisamente em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes Artífices; ao longo do tempo, sofreu uma série de transformações e redesenhos institucionais.

Em 2008, a partir da publicação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, constituída atualmente por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (denominados Institutos Federais), dois Centros Federais de Educação Tecnológica (denominados CEFETs), 24 escolas técnicas vinculadas às Universidades Federais (ETV), o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).

É nesse cenário de mudanças que se constitui o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, entidade autárquica federal, com destaque em nível de estado e país na oferta de educação profissional, científica e tecnológica.

Caracteriza-se por sua estrutura pluricurricular, multicâmpus e de gestão em rede, e por sua configuração atual de uma Reitoria, composta por cinco Prós-Reitorias, uma Diretoria Executiva, um Centro de Referência e 21 câmpus. No que diz respeito à oferta formativa, abrange desde cursos de formação inicial e continuada, passando pela educação profissional técnica de nível médio, até a educação superior de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, nas mais diversas áreas do conhecimento.

Nesse aspecto, cumpre analisar a redação do artigo 6º da Lei nº 11.892, pelo qual ficam estabelecidas as finalidades institucionais. Tem-se que os nove incisos desse artigo são norteadores para os fins que devem ser buscados pela instituição a título de resultados.

Segundo a normativa, são finalidades do IFSC, em especial:

- ofertar educação profissional e tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, formando e qualificando cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento local, regional e nacional (inciso I);
- orientar a oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural (inciso IV).

Inferese que é finalidade do IFSC a busca constante da adequação da oferta formativa em consonância com o cenário local e regional em que está inserido o câmpus e, frise-se, a orientação da oferta com base em arranjos produtivos sociais e culturais, identificados a partir do mapeamento dos potenciais de desenvolvimento.

Inobstante, por fatores, a exemplo do próprio contexto histórico de expansão do IFSC, nem sempre foi possível à instituição a observância e execução dessas finalidades na sua integralidade. Até o ano de 2005, a instituição era constituída de apenas 3 câmpus. Com a publicação da Lei nº 11.195 de 2005, advento da interiorização e expansão da educação profissional e tecnológica no país, houve uma ampliação exponencial de sua estrutura, em um processo ainda não concluído.

Note-se que pela rapidez do processo de expansão, pela necessidade de construção de uma nova identidade enquanto instituto e pelo esforço empreendido no sentido de implantação de 18 novos câmpus e de estruturação da rede IFSC, fez-se necessária a priorização de diversas demandas. Em verdade, para a definição das ofertas, destacaram-se as

iniciativas atreladas às audiências públicas, nas quais a sociedade era convidada, partindo de conhecimentos preliminares do município de instalação do câmpus e da região, a votar as áreas de conhecimento mais adequadas às demandas locais.

É possível destacar, inclusive, pesquisas pontuais realizadas por alguns câmpus, com o objetivo de alinhar as ofertas ao estimado pela sociedade. No processo que se denominou Plano de Expansão, por exemplo, um procedimento básico de diagnóstico foi adotado a partir das pesquisas de demanda e dos resultados obtidos nas audiências públicas com a sociedade civil.

Assim, de forma gradativa, a Instituição apresentava a necessidade de pautar suas ofertas em consonância com as finalidades previstas na Lei nº 11.892/2008.

Atualmente, o IFSC vivencia uma fase de qualificação dos processos desenvolvidos. Passado o auge do processo de expansão, a instituição busca agora adequar e consolidar o seu modelo de gestão em rede, a partir da pesquisa e apropriação de metodologias e práticas atualizadas de governança institucional.

3.2 O projeto SIM

A Síntese Informativa das Microrregiões pode ser conceituada como um mapeamento de dados, informações e indicadores, para fins de constituição de uma base informacional, estruturada em quatro dimensões de pesquisa, constituindo-se em um diagnóstico de determinada microrregião do Estado de Santa Catarina. O projeto, desenvolvido pela Diretoria de Gestão do Conhecimento, vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, teve por base as finalidades institucionais e busca tornar-se uma ferramenta na definição e reestruturação da oferta de cursos e na tomada de decisões do IFSC.

3.2.1 Aspecto Demográfico

Nesta dimensão, tinha-se por objetivo desenhar, em linhas gerais, as características da população da microrregião, para descrever o perfil do público a ser atendido pelo câmpus. Na coleta de dados, considerou-se o quantitativo de pessoas residentes em cada município e na microrregião, categorizando-se em gênero, idade, cor ou raça, renda e Índice de Desenvolvimento Humano.

Esse aspecto detém relevância porque permite o direcionamento da oferta formativa a uma população identificada e delimitada.

À exceção do IDH, extraído do PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil 2010, os demais dados demográficos foram extraídos do Censo IBGE 2010, “[...] que se constitui [...] na base sobre a qual deverá se assentar todo o planejamento público e privado da próxima década” (IBGE, 2010).

A Figura 1 apresenta o conjunto de informações sistematizada referente ao quantitativo populacional, considerando o crescimento em relação à década anterior, além da participação de homens e mulheres e de moradores da zona urbana e rural da microrregião. Essa compilação permite que o câmpus realize projeções com base nas dinâmicas populacionais.

Figura 1 - Tabela da população da microrregião de Blumenau

Tabela 1 – Microrregião Blumenau	
População -2000 – 2010	
Município	15
População Censo 2000	547.591
População Censo 2010	677.553
População homens	335.682
% de homens	49,54%
População mulheres	341.871
% de mulheres	50,46%
População urbana	609.882
% urbana	90,01%
População rural	67.671
% rural	9,99%
Taxa de Crescimento	23,73%

Fonte: IBGE – Censo 2010, Censo 2000

3.2.2 Aspecto Econômico

Neste campo da pesquisa, o escopo estava centrado em possibilitar à instituição o entendimento das dinâmicas econômicas locais e regionais. Para tanto, foram sistematizados dados relativos ao PIB, ao PIB per capita, ao valor adicionado por setor, à participação dos setores no valor adicionado bruto e aos arranjos produtivos locais, obtidos, especialmente, junto ao IBGE e ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Esse aspecto está diretamente relacionado ao previsto nas finalidades institucionais. A compreensão acerca da participação e relevância dos setores na economia e de como eles se relacionam é fundamental para que o IFSC exerça sua função na transformação e no desenvolvimento local.

Cumprir conferir destaque à compilação dos arranjos produtivos por microrregião. Dado bastante controverso, diante das diversas interpretações conferidas à expressão, os arranjos produtivos locais podem ser definidos como “[...] aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais [...]” (MDIC, 2014).

Cumprir destacar que, em conformidade com a Lei nº 11.892/2008 (artigo 6º, IV), a oferta formativa que fomente a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais está em consonância com as finalidades institucionais. Nesse sentido, a compreensão de quais são esses arranjos é essencial ao êxito do diagnóstico, a exemplo do que consta da Figura 2.

Figura 2 - Tabela dos arranjos produtivos mapeados na microrregião de Blumenau

Tabela 8 – Arranjos Produtivos Locais do Estado
Arroz do Vale do Itajaí e Sul Catarinense
Cerveja Artesanal do Vale Itajaí
Confecções do Vale do Itajaí
Têxtil do Vale do Itajaí
TIC da Grande Florianópolis

Fonte: Câmara de Arranjos Produtivos e Redes de Empresas/MDIC 2011 e BNDES 2010

Para a compilação dos arranjos produtivos das microrregiões foram realizadas inferências sobre diagnósticos de autoria da Câmara de Arranjos Produtivos e Redes de Empresas de Santa Catarina e do BNDES. A Câmara está atrelada ao Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, criada em 2004 pelo MDIC para identificar e apoiar os APLs. No estudo publicado em 2011, foram diagnosticados 36 arranjos para o Estado. O trabalho desenvolvido pelo BNDES em 2010 foi utilizado de forma complementar, visto que, nas análises, verificou-se que segmentos importantes não foram referenciados pelo GTP.

3.2.3 Aspecto de Empregabilidade

Esta dimensão da pesquisa conduziu as informações relativas às dinâmicas de emprego e ocupação da microrregião e a compreensão dessa relação com as potencialidades do setor produtivo. Na coleta de dados, foram diagnosticados os percentuais de pessoas

ocupadas e desocupadas (Figura 3), a participação dos setores na oferta de emprego, os quantitativos de empregos formais e os empregos com mais estoques, além dos totais de empresas por município da microrregião e aquelas com maior destaque econômico.

Figura 3 - Tabela do quantitativo de ocupados e desocupados da microrregião de Blumenau

Tabela 9 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, e situação de ocupação na semana de referência (2010)				
Município	Total	Ocupadas	Não Ocupadas	Taxa de Desocupação
Apiúna	6.189	6.117	72	1,16%
Ascurra	4.281	4.235	46	1,07%
Benedito Novo	5.990	5.907	83	1,39%
Blumenau	186.036	180.938	5.098	2,74%
Botuverá	2.913	2.860	53	1,82%
Brusque	64.471	63.247	1.224	1,90%
Doutor Pedrinho	1.964	1.955	9	0,46%
Gaspar	34.185	33.527	658	1,92%
Guabiruba	10.719	10.511	208	1,94%
Indaial	34.292	33.542	750	2,19%
Luiz Alves	6.314	6.176	138	2,19%
Pomerode	17.288	16.957	331	1,91%
Rio dos Cedros	6.100	6.034	67	1,10%
Rodeio	6.387	6.316	71	1,11%
Timbó	22.628	22.088	540	2,39%
Microrregião	409.757	400.410	9.348	2,28%

Fonte: IBGE – Censo 2010

Note-se que os dados de empregabilidade estão diretamente relacionados ao aspecto econômico, vindo a validar as informações já apresentadas. Há, de fato, um vínculo dos aspectos entre si e com as finalidades institucionais. No caso da dimensão de empregabilidade, verifica-se a estrita relação, mormente, com a intenção do legislador de que a oferta formativa qualifique os cidadãos para atuarem profissionalmente nos diversos setores da economia

3.2.4 Aspecto Educacional

Por fim, o último aspecto, dotado de grande valor estratégico para a instituição, objetiva proporcionar um número significativo de dados, indicadores e informações na perspectiva da escolaridade da população da microrregião e do que existe em termos de oferta. Nesse sentido, diagnosticou-se o nível de instrução das pessoas, as matrículas na

educação básica e no ensino superior, a taxa de analfabetismo, as matrículas no ensino fundamental e no ensino médio por série, as instituições de ensino superior da microrregião e sua oferta (pública e privada) e, destaca-se, a relação de cursos técnicos ofertados e a cidade de procedência dos alunos matriculados no câmpus.

Infere-se a relevância deste aspecto para a prospecção da oferta formativa, diante da imprescindibilidade de compreender a formação acadêmica do público-alvo e do cenário da oferta local para a definição dos tipos de cursos que serão ofertados na microrregião.

Necessário tecer comentários acerca de dois temas abordados, em especial. No tocante à pesquisa realizada para averiguação dos cursos técnicos ofertados, foram analisados os cursos cadastrados no Sistema Nacional e Informações da Educação Profissional e Tecnológica - SISTEC/MEC e nos sítios de cada instituição de ensino, obtendo-se um conjunto de informações importantes para a inserção do IFSC em meio a outras instituições já atuantes na microrregião.

Já o segundo tema diz respeito à pesquisa realizada na base de dados do sistema de ingresso da instituição, pelo qual foi possível a percepção das cidades de procedência dos alunos (Figura 4). Note-se que esse tipo de informação adquire conotação estratégica não só para a prospecção da oferta formativa, mas para outras decisões institucionais, a exemplo das iniciativas de publicidade e marketing, com a concepção de campanhas de divulgação do processo de ingresso.

Figura 4 - Tabela da cidade de procedência dos alunos da microrregião de Blumenau

Tabela 20 – Cidade de Procedência dos Alunos			
Cidade	Ordem	Quantitativo	Percentual
Gaspar	1º	1.016	77,32%
Blumenau	2º	227	17,28%
Ilhota	3º	39	2,97%
Brusque	4º	7	0,53%
Itajaí	5º	5	0,38%
Balneário Camboriú	6º	4	0,30%
Itapema	7º	3	0,23%
São José	8º	3	0,23%
Camboriú	9º	2	0,15%
Timbó	10º	2	0,15%
Ascurra	11º	1	0,08%
Bocaina do Sul	12º	1	0,08%
Chapecó	13º	1	0,08%
Florianópolis	14º	1	0,08%
Joinville	15º	1	0,08%
Navegantes	16º	1	0,08%
TOTAL		1.314	100,00%

Fonte: Sistema de Ingresso 2009 a 2013

3.3 A SIM na perspectiva da Gestão do Conhecimento

A Gestão do Conhecimento no âmbito da gestão pública pode ser compreendida como o conjunto de processos, articulados e intencionais, capazes de incrementar as habilidades dos gestores públicos em criar, coletar, organizar, transferir e compartilhar informações e conhecimentos estratégicos que podem facilitar a tomada de decisão e a inovação, para a gestão de políticas públicas e para a inclusão do cidadão como produtor de conhecimento coletivo (Comitê Executivo do Governo Eletrônico, 2004).

A orientação para a sociedade, e não para o lucro, como na iniciativa privada, traz para a área pública diferentes motivações e interesses na gestão dos processos de conhecimento. As principais diretrizes do governo são melhor servir e atender aos cidadãos. Pensar a gestão do conhecimento na administração pública é pensar prioritariamente nos benefícios que ela pode trazer ao cidadão, pelo aumento de eficiência nos processos internos das organizações públicas, e na geração de resultados de qualidade aos cidadãos (FRESNEDA *et al*, 2009).

O marco para a realização do projeto SIM foi a necessidade prevista em lei³, de construção do novo PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional, aliada à perspectiva de aprimoramento das práticas institucionais. Trata-se, o PDI, de um dos mais importantes macroprocessos do IFSC e pode ser definido como um instrumento de planejamento e gestão que considera os elementos identitários da instituição para o estabelecimento de objetivos estratégicos, indicadores, metas e iniciativas estratégicas para um horizonte de cinco anos (IFSC, 2014).

Aqui cabe tecer um paralelo com Cardoso Jr. (2013), que destaca como uma das diretrizes importantes para a ressignificação do planejamento político governamental,

[...] dotar a função planejamento de fortes conteúdos prospectivos e propositivos, ou seja, fundamentalmente dotar o planejamento de instrumentos e técnicas de apreensão e interpretação de cenários e tendências, e, simultaneamente, de teor propositivo para reorientar e redirecionar, quando pertinente, as políticas, os programas e as ações de governo.

Por sua vez, Schwartz (2000) entende que os cenários podem ser considerados plataformas para conversações estratégicas que levam à aprendizagem organizacional contínua a respeito de decisões-chave e prioridades.

A prospecção de cenários está fortemente relacionada à monitoração ambiental e à inteligência competitiva. Pode ser compreendida como o processo permanente de monitoramento das relações de uma organização com o seu meio ambiente, visando à identificação dos sinais que decorrem dessa relação e à transformação dos mesmos em informações apropriadas ao processo decisório, com o objetivo de subsidiar suas ações estratégicas.

Garcia Torres (1997) faz uma analogia entre inteligência competitiva e um sistema de monitoramento (*environmental scanning*). Define-a como um conjunto de procedimentos para coleta e análise de informação sobre o âmbito em âmbito macro, que possibilitariam à organização um processo de aprendizagem contínuo, voltado ao planejamento e a decisões estratégicas.

Como suporte teórico para análise do escopo do projeto SIM, resgata-se o modelo da organização do conhecimento delineado por Choo (2003), o qual propõe um *framework* de

³ Como instituição de ensino superior, o IFSC deve ter um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), requisito imprescindível para reconhecimento e avaliação de cursos superiores. A Lei DECRETO Nº 5.773, DE 9 DE MAIO DE 2006, dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. O conteúdo mínimo do PDI é definido pelo artigo 16 do referido Decreto, destacando-se o Planejamento Estratégico, Projeto Pedagógico Institucional (PPI), organização didático-pedagógica e administrativa, planejamento de oferta de cursos e infraestrutura.

conhecimento organizacional, integrando pesquisas da teoria organizacional e da ciência da informação, de maneira a evidenciar como as organizações podem se tornar um melhor sistema de processamento de informação.

No modelo preconizado por Choo (2003), o conhecimento organizacional emerge quando os três modos de usar a informação – construção de sentido, criação de conhecimento e tomada de decisão – se conectam para constituir uma rede maior de processos que continuamente geram significado, aprendizado e ações.

O modelo é explicitado da seguinte maneira:

[...] a construção de sentido, a criação de conhecimento e a tomada de decisões são atividades socialmente distribuídas por muitos níveis e funções da organização. O conhecimento organizacional é a propriedade que emerge da rede de processos de uso da informação por meio da qual a organização constrói significados comuns sobre sua identidade e sua atividade; descobre, partilha e aplica novos conhecimentos; e inicia ações padronizadas por meio da busca, da avaliação e da seleção de alternativas. Embora a organização processe a informação nos três modos, o conhecimento ocorre quando os três modos ligam-se num único processo mais amplo, pelo qual a organização constrói socialmente significados, aprendizados e ações (CHOO, 2003, p. 370).

A construção do sentido é um processo caracterizado pela interpretação das informações vindas do ambiente. Em termos gerenciais, o processo está relacionado com práticas de monitoração ambiental ou inteligência competitiva. A observação de práticas também é destacada por Nonaka e Takeuchi (1997), como uma importante fase do processo de criação do conhecimento, buscando identificar a experiência e o *know-how* que não estão disponíveis de maneira explícita.

Essa análise é reforçada por Davenport e Prusak (1998), quando destacam que a gestão do conhecimento nas organizações deve atender, dentre alguns objetivos, a criação de um repositório constituído de conhecimento externo, utilizando, por exemplo, os conceitos e ferramentas de inteligência competitiva; o conhecimento interno estruturado e conhecimento interno informal; a manutenção do foco no conhecimento e não no dado ou na informação.

Dado o exposto, é possível verificar na gênese e desenvolvimento do projeto SIM, estreita relação com algumas das práticas e objetivos da gestão do conhecimento: *Benchmarking*⁴ interno e externo; identificação de fontes e redes de *experts*; mapeamento e estruturação de dados, informações e conhecimentos para melhoria do desempenho e alcance

⁴ Para Watson apud SCHLESINGER (2008), o *benchmarking* é um método estruturado de aprendizagem por meio da observação e adaptação das melhores práticas desenvolvidas por outras organizações e da aplicação desse novo conhecimento na melhoria dos processos de trabalho. Ao adotar essa estratégia, as organizações se voltam à forma de atuação de outras organizações, visando identificar novas práticas e formas de atuação que podem ser úteis para o desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, o *benchmarking* fornece um canal de transferência do conhecimento entre quem observa e quem possui a prática.

das finalidades estratégicas; contextualização da informação e do conhecimento; sintetização e compartilhamento do conhecimento; prospecção de cenários; agregação do conhecimento em processos críticos; otimização do processo de tomada de decisão e criação e compartilhamento de novos conhecimentos, subsidiando a aprendizagem organizacional, a inovação e a sustentabilidade.

3.4 Análise dos Resultados

Com o advento da SIM em meados de 2013, e diante do fato de o processo de construção do PDI 2014-2019 encontrar-se em fase de conclusão, fica impossibilitada, na ocasião deste relato, a avaliação do êxito de todos os resultados pretendidos com a iniciativa.

É possível inferir, no entanto, que a base informacional disponibilizada tem se constituído em um importante subsídio na tomada de decisão dos gestores responsáveis pelo processo de prospecção da oferta formativa, pois se trata de um conjunto de dados e informação fidedignos, pertinentes e contemporâneos. Ainda, que a metodologia desenvolvida apresenta notáveis resultados indiretos.

O número significativo de dados e informações sistematizado e a sua estruturação sob a forma de tabelas e gráficos ganha contornos de uma valorosa ferramenta, que possibilita a geração de conhecimento estratégico para as mais diversas áreas da instituição. O mapeamento do estado catarinense sob as perspectivas demográfica, econômica, de emprego e de educação confere fundamentos para uma atuação institucional baseada em um planejamento delineado.

Resta, assim, ratificado o papel e a importância da Síntese Informativa das Microrregiões no planejamento estratégico institucional, visto que, pela observância estrita das finalidades previstas na Lei nº 11.892/2008, não só o IFSC poderá aprimorar a sua função no desenvolvimento local regional, como mais pessoas terão acesso à educação profissional de qualidade e excelência.

4 CONCLUSÕES

A Síntese Informativa das Microrregiões se constitui como uma importante aliada do processo de planejamento e tomada de decisão das estruturas de gestão do IFSC. O mapeamento do estado catarinense sob as perspectivas demográfica, econômica, de emprego e

educação possibilita o planejamento e execução da oferta formativa uma base informacional delimitada.

Na concepção e desenvolvimento da SIM, destaca-se a relevância do papel da gestão do conhecimento, como elemento norteador do processo, a partir das ferramentas que possibilitam o alinhamento da estratégia institucional às realidades locais e regionais.

Em nível institucional, a SIM se firma gradativamente como importante ferramenta estratégica. Idealizada inicialmente para o atendimento de uma demanda específica, o conhecimento sistematizado e disponibilizado internamente sob forma de tabelas e gráficos é objeto constante de consulta para as mais diversas finalidades no IFSC.

Note-se que a metodologia foi desenvolvida para o atendimento de uma necessidade verificada no PDI. Nesse sentido, os dados que compõem a SIM são aqueles necessários à compreensão e mapeamento das quatro dimensões da pesquisa.

Dessa forma, compreende-se que o mapeamento realizado pela SIM não está dotado de todo o conjunto de dados e informações necessários ao planejamento e execução da integralidade dos processos e projetos institucionais. Inobstante, verifica-se que a base informacional estruturada e disponibilizada se mostra extremamente relevante, podendo evoluir a outro patamar, para um projeto que sintetize todas as informações estratégicas aos interesses do IFSC.

Como todo Plano, a SIM deve ser passível de acompanhamento e avaliação constantes, processo esse que pode implicar em atualizações visando o realinhamento aos contextos interno e externo. A atualização periódica da SIM e a análise qualificada da base informacional podem possibilitar a verificação da aderência das ofertas propostas ao cenário diagnosticado, bem como a correção de rumos.

Espera-se que o projeto SIM exerça seu papel estratégico em relação à observância das finalidades institucionais, além de ser fonte importante na participação efetiva do IFSC no desenvolvimento local e regional. Ampliando o escopo do projeto SIM, existe a possibilidade de estabelecimento de parcerias com outras instituições, possibilitando a efetivação do trabalho em rede e sustentável, bem como a troca de experiências, informações e conhecimento.

Em adição, vislumbra-se a SIM como ferramenta essencial para construção do mapa do conhecimento institucional e de uma base informacional alinhados à estratégia e, quiçá, o embrião de outro projeto voltado à construção de um Observatório do Mundo do Trabalho no IFSC.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Comitê Executivo Governo Eletrônico. Oficinas de Planejamento Estratégico. **Relatório Consolidado**. 2004. Disponível em <www.governoeletronico.gov.br>. Acesso em 03 de março de 2014.

_____. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 01.04.2014.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 29.04.2014.

_____. Lei nº 11.195, de 18 de novembro de 2005. Dá nova redação ao §5º do artigo 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. Disponível em <www.planalto.gov.br>. Acesso em 29.04.2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. **Arranjos Produtivos Locais - APLs**. Disponível em <www.mdic.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2014.

CARDOSO JR., José C.; GARCIA, R. C. (Coord.). **Planejamento Estratégico Governamental em Contexto Democrático: Lições da América Latina**. Brasília: ENAP, 2013. Disponível em <www.enap.gov.br>. Acesso em 04 de abril de 2014.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

FRESNEDA et al. **Diagnóstico da Gestão do Conhecimento nas Organizações Públicas Utilizando o Método Organizacional knowledge Assessment (OKA)**. II Congresso Consad de Gestão Pública. 2009. Disponível em <www.consad.org.br>. Acesso em 28 de fevereiro de 2014.

GARCIA, T. D. **Seminário de Inteligência Competitiva: informação e conhecimento**. México: Innestec, 1997, p. 21.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 05 de maio de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS. **Metodologia e relatório consolidado de estudos e pesquisas com subsídios para a implantação dos Campi de Uruaçu, Imtubiara, Luziânia, Formosa, Anápolis e da extensão do Câmpus Goiânia em Aparecida de Goiânia do**

Instituto Federal de Goiás. Disponível em <www.ifg.edu.br>. Acesso em 29 de abril de 2014.

_____. **Observatório do Mundo do Trabalho.** Disponível em <www.ifg.edu.br>. Acesso em 29 de abril de 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Disponível em <www.ifsc.edu.br>. Acesso em 12 de maio de 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional.** Florianópolis: IFSC, 2009.

MIRANDA, R.C.R. **Gestão do conhecimento estratégico: proposta de um modelo integrado.** 2004. 268p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SCHLESINGER, C. C. B et al. **Gestão do Conhecimento na Administração Pública.** Curitiba, Instituto Municipal de Administração Pública - IMAP, 2008.

SCHWARTZ, P. **A arte da visão de longo prazo.** São Paulo: Nova Cultural, 2000.

THIESEN, J. S. **Método para a Construção e Análise de Cenários Prospectivos em Planejamento Educacional Baseado na Gestão do Conhecimento.** 2009. 161p. Tese. (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.